

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V. S.as, as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração:

A Fraport Brasil – Porto Alegre, ao lado da Fraport Brasil – Fortaleza, é subsidiária da Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide, uma das empresas líderes no mercado global de aeroportos. Proprietária e operadora do aeroporto de Frankfurt, maior aeroporto da Alemanha, a Fraport AG possui em seu portfólio mais de 30 aeroportos pelo mundo.

Em um processo de licitação internacional, ocorrido em março de 2017, no qual o governo federal concedeu quatro aeroportos brasileiros à iniciativa privada, a Fraport AG conquistou a concessão dos aeroportos de Fortaleza e Porto Alegre pelo período de 30 e 25 anos, respectivamente.

Em 2 de janeiro de 2018, a Fraport Brasil – Porto Alegre assumiu a efetiva operação no Aeroporto de Porto Alegre com o compromisso de realizar obras de ampliação e melhorias da infraestrutura em conformidade com o contrato de concessão.

Em outubro de 2019 foi concluída a Fase 1B do contrato de concessão. Esta fase incluiu obras como a ampliação e reforma do Terminal de Passageiros, um novo edifício garagem, a ampliação do pátio de aeronaves, melhorias nas *taxiways*, entre outras. Passageiros e todos os parceiros de negócios são, agora, beneficiados diretamente por um Terminal maior e mais confortável e por uma infraestrutura de *airside* que atende a padrões de segurança internacionais.

Em 2020 e 2021, a Fraport concentrou esforços na continuação da ampliação da pista de pouso e decolagem (PPD) e do sistema de drenagem com as bacias de retenção. Ainda em 2021, houve a inauguração de um novo Terminal de Cargas Internacional. O Terminal logístico não constava no contrato de concessão com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) como obrigação da Fraport, mas é considerado crucial para alavancar a capacidade de negócios do complexo aeroportuário.

Em 2022, a ampliação da pista em quase um quilômetro foi concluída. A expansão permite que aviões de maior porte, tanto em capacidade de passageiros como cargas, possam operar no aeroporto de Porto Alegre.

O contrato de concessão encontra-se na FASE II, que seguirá até o final do contrato, na qual é monitorado os parâmetros mínimos de dimensionamentos previstos no PEA (plano de Exploração Aeroportuário) a fim de garantir o nível de serviço.

Destaques econômico-financeiros:

Durante o ano de 2023, transitaram no aeroporto de Porto Alegre mais de 7,5 milhões de passageiros, apresentando um acréscimo de 13% em relação ao ano de 2022, principalmente devido ao início da recuperação das viagens de turismo e negócios na região Sul do Brasil.

Conforme previsão no contrato de concessão, assim como já realizado em 2020, 2021 e 2022, a Companhia entrou com o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro também no exercício de 2023, o qual visa preservar a manutenção do equilíbrio contratual posto no processo licitatório. Sendo assim, a Companhia recebeu o direito a recomposição do equilíbrio econômico já demonstrado na rubrica de Outras receitas e despesas operacionais líquidas e será quitado por meio de compensação com as contribuições fixa e variável devidas pela Concessionária, bem como, através da majoração temporária de 15% das tarifas reguladas concedida para compensação do ano de 2020 e 10% para o ano de 2022.

A seguir apresentamos o quadro demonstrativo do EBITDA:

	2023
Lucro Líquido	37.725
Depreciação e amortização	63.250
Resultado Financeiro	86.172
IRPJ/CSLL	21.380
EBITDA	208.527

Dividendos: O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. No exercício de 2023 a Companhia apurou o dividendo mínimo no valor de R\$ 8.960 e aguardará a decisão da Assembleia Geral quanto ao pagamento ou não deste valor. Em anos anteriores foi aprovada a não distribuição devido aos investimentos para expansão e melhorias previstos no contrato de concessão e retenção em Reserva Especial para pagamento futuro.

Partes Relacionadas: A Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre não possui coligadas e controladas, no entanto, tem operação de repasse de custos compartilhados para a Fraport Brasil S/A Aeroporto de Fortaleza. Ambas as empresas estão sob o mesmo controle acionário.

A Diretoria.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2024.

Fraport Brasil S.A.

Aeroporto de Porto Alegre

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 28 de fevereiro de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS



Ricardo Schenk Duque
Contador
CRC nº 1 RS 060571/O-0



Fraport Brasil S.A

Aeroporto de Porto Alegre

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Índice

Balço Patrimonial	4
Demonstraço do Resultado	6
Demonstraço do Resultado Abrangente	7
Demonstraço das Mutaçoões do Patrimônio Líquido	8
Demonstraço do Fluxo de Caixa.....	9
Demonstraço do Valor Adicionado	10
1. Informaçoões Gerais	11
1.1 COVID-19	11
2. Resumo das principais polítics contábeis	12
2.1 Base de preparaço	12
2.2 Mudanças nas polítics contábeis e divulgaçoões	13
2.3 Conversão de moeda estrangeira	13
2.4 Caixa e equivalentes de caixa.....	14
2.5 Ativos financeiros.....	14
2.5.1 Classificaço	14
2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento.....	14
2.5.3 Mensuraço	15
2.5.4 Impairment	15
2.6 Contas a receber de clientes.....	15
2.7 Estoques	15
2.8 Despesas antecipadas	15
2.9 Imposto de Renda e contribuiço social diferidos.....	16
2.10 Outros ativos	16
2.11 Imobilizado	16
2.12 Intangível.....	17
2.13 Contas a pagar a fornecedores.....	18
2.14 Empréstimos e financiamentos	18
2.15 Compromissos com o poder concedente.....	18
2.16 Provisões	18
2.17 Outros Passivos	19
2.18 Passivos Financeiros	19
2.19 Benefícios a empregados	20
2.20 Distribuiço de dividendos	20
2.21 Reconhecimento da Receita	20
3. Estimativas e julgamentos contábeis	21
3.1 Amortizaço do intangível	21
3.2 Taxa de desconto.....	21
3.3 Provisões	21
3.4 Impairment do intangível.....	21
4. Caixa e Equivalente de Caixa.....	22
5. Contas a Receber	22
6. Partes relacionadas	22
7. Impostos, Taxas e Contribuiçoões.....	23
8. Direitos com o Poder Concedente	25
9. Aplicaçoões Financeiras Vinculadas	26
10. Imobilizado	27
11. Intangível.....	28
12. Fornecedores	30
13. Salários, Encargos Sociais e Benefícios.....	30
14. Empréstimos e Financiamentos.....	30
15. Compromissos com o poder concedente.....	32
16. Outros Passivos	33
17. Patrimônio Líquido.....	33
18. Receita Operacional Líquida	34
19. Custos dos Serviços Prestados.....	34
20. Despesas por Natureza	35
21. Outras receitas e despesas operacionais	35
22. Resultado Financeiro	35
23. Plano de Pensão	35
24. Provisões Tributárias, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórias	36
25. Provisão para Passivos Ambientais.....	37

26.	Gestão de Risco Financeiro	38
27.	Lucro por Ação	41
28.	Seguros	41
29.	Transações que Não Afetaram o Caixa.....	41

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre**Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>explicativa</u>		
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	74.909	41.244
Contas a receber	5	34.914	38.657
Contas a receber - Partes Relacionadas	6	879	1.006
Estoques		4.249	3.431
Impostos a recuperar	7	4.375	1.998
Despesas antecipadas		3.220	3.122
Direitos com o Poder Concedente	8	48.583	66.071
Outros ativos		1.498	1.100
Total do ativo circulante		172.627	156.629
Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	9	44.714	41.870
Impostos a recuperar	7	137.522	134.832
Direitos com o Poder Concedente	8	229.687	194.198
Depósitos Judiciais	25	39.488	36.796
Imobilizado	10	2.518	2.839
Intangível	11	1.923.716	1.910.719
Total do ativo não circulante		2.377.645	2.321.254
Total do ativo		2.550.272	2.477.883

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre**Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais

	Nota explicativa	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	<u>12</u>	29.418	19.672
Salários, encargos sociais e benefícios	<u>13</u>	14.353	14.045
Impostos a recolher	<u>7</u>	10.931	10.553
Empréstimos e Financiamentos	<u>14</u>	62.862	57.078
Compromissos com o poder concedente	<u>15</u>	16.977	14.143
Dividendos a pagar	<u>17</u>	8.960	-
Outros passivos	<u>16</u>	4.345	6.814
Total do passivo circulante		147.846	122.305
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	<u>14</u>	1.270.914	1.271.135
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>7</u>	54.323	30.684
Provisão para obrigações legais	<u>24</u>	3.257	11.201
Provisão para Passivos Ambientais	<u>25</u>	53.609	50.712
Outros passivos	<u>16</u>	1.944	2.232
Total do passivo não circulante		1.384.047	1.365.964
Patrimônio Líquido			
Capital social	<u>17</u>	763.500	763.500
Reserva legal		13.192	11.306
Reserva especial		53.702	53.702
Reserva de lucros		187.985	161.106
Total do patrimônio líquido		1.018.379	989.614
Total do passivo e patrimônio líquido		2.550.272	2.477.883

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita líquida de serviços e cessão de espaço		297.978	247.190
Receita de construção		46.598	20.163
Receita operacional líquida	18	344.576	267.353
Custo dos serviços prestados	19	(164.060)	(136.264)
Custo de construção	19	(45.526)	(19.699)
Lucro bruto		134.990	111.390
Despesas gerais e administrativas	20	(31.756)	(31.538)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	21	42.043	71.281
Lucro antes do resultado financeiro		145.277	151.133
Receitas financeiras	22	47.567	38.388
Despesas financeiras	22	(133.739)	(119.370)
Lucro antes dos impostos de renda e da contribuição social		59.105	70.151
Imposto de renda e contribuição social	7	(21.380)	(24.170)
Lucro líquido do exercício		37.725	45.981
Lucro por lote de mil ações – R\$	27	0,05	0,06

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro do exercício	37.725	45.981
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>37.725</u>	<u>45.981</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital social		Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
	Subscrito	Reserva Legal	Reserva Especial	Retenção de Lucros		
Saldos em 31.12.2021	763.500	9.007	42.782	128.344	-	943.633
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	45.981	45.981
Constituição de Reserva Legal	-	2.299	-	-	(2.299)	-
Dividendo Mínimo (Nota 17)	-	-	10.920	-	(10.920)	-
Lucros Retidos (Nota 17)	-	-	-	32.762	(32.762)	-
Saldos em 31.12.2022	763.500	11.306	53.702	161.106	-	989.614
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	37.725	37.725
Constituição de Reserva Legal	-	1.886	-	-	(1.886)	-
Dividendo Mínimo (Nota 17)	-	-	-	-	(8.960)	(8.960)
Lucros Retidos (Nota 17)	-	-	-	26.879	(26.879)	-
Saldos em 31.12.2023	763.500	13.192	53.702	187.985	-	1.018.379

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos de renda e da contribuição social		59.105	70.151
Ajustes para reconciliar o lucro líquido aos fluxos de caixa			
Provisão para riscos de crédito	5	1.749	(92)
Provisão de Contencioso	24	(7.944)	(8.228)
Depreciação e amortização	10;11	63.250	46.529
Baixas de ativo fixo	10;11	1.826	1.023
Ajuste a valor presente - Contribuição fixa outorga	22	-	8.728
Margem de construção	18	(1.072)	(464)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14	132.588	149.070
IOF sobre empréstimos e financiamentos	14	-	188
Custos de empréstimos capitalizados	11	(2.855)	(39.327)
		246.647	227.578
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber	5	1.994	(9.947)
Contas a receber - partes relacionadas	6	127	(11)
Estoques		(818)	(727)
Impostos a recuperar	7	(2.108)	(1.595)
Despesas antecipadas		(98)	(1.102)
Depósitos Judiciais	25	(2.692)	(36.796)
Depósitos Vinculados	9	(2.844)	(4.651)
Direitos com o Poder Concedente	8	(32.144)	(79.164)
Outros ativos		(398)	(163)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores	12	(927)	(4.533)
Salários, encargos sociais e benefícios	13	308	2.273
Tributos a recolher	7	378	(15.297)
Provisão para Passivos Ambientais	25	2.897	50.712
Compromissos com o poder concedente	15	16.977	14.143
Outros passivos	16	(2.757)	(20.721)
Caixa gerado pelas operações		224.542	119.999
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	14	(74.325)	(70.563)
IOF sobre empréstimos	14	-	(188)
Caixa líquido gerado pelas atividades		150.217	49.248
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	10;11	(63.852)	(36.643)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(63.852)	(36.643)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos bancários	14	-	10.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos bancários - Principal	14	(52.700)	(38.559)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(52.700)	(28.559)
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		33.665	(15.954)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		41.244	57.198
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		74.909	41.244

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	2023	2022
RECEITAS	385.289	361.894
Prestação de Serviços e Cessão de Espaço	339.548	282.862
Outras Receitas	47.490	78.940
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.749)	92
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(82.426)	(87.379)
(Inclui os valores dos impostos - PIS e COFINS)		
Custo dos Serviços Prestados	(16.977)	(14.143)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(69.080)	(69.380)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(25)	(775)
Provisão/Reversão Contingências	3.883	(3.081)
Outras	(227)	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	302.863	274.515
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(63.250)	(46.529)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	239.613	227.986
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	47.567	38.481
Receitas Financeiras	47.567	38.387
Ganho Variação Cambial	-	94
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	287.180	266.467
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	287.180	266.467
Pessoal	36.747	34.717
Remuneração Direta	29.377	27.016
Benefícios	4.493	5.255
F.G.T.S.	2.877	2.446
Impostos, Taxas e Contribuições	78.044	65.441
Federais	66.265	66.430
Estaduais	134	113
Municipais	11.645	(1.102)
Remuneração de Capitais de Terceiros	134.664	120.328
Despesas Financeiras	133.729	119.323
Aluguéis Pagos	925	965
Perda Variação cambial	10	40
Remuneração de Capitais Próprios	37.725	45.981
Reservas	1.886	2.299
Dividendo Mínimo	8.960	10.920
Lucros Retidos do Exercício	26.879	32.762

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações Gerais

A Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre (“Fraport Brasil - Porto Alegre” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide, umas das empresas líderes no mercado global de aeroportos. A Fraport Brasil foi constituída no início de 2017, tendo como objetivo exclusivo exercer as atividades de exploração, ampliação e manutenção do Aeroporto Internacional Salgado Filho. A sede está localizada na Av. Severo Dullius, 90010, Porto Alegre – RS.

Em um processo de licitação internacional, no qual o Governo Federal concedeu quatro aeroportos brasileiros à iniciativa privada, a Fraport AG conquistou a concessão dos aeroportos de Porto Alegre e Fortaleza. A partir de então, a Fraport Brasil – Porto Alegre e a Fraport Brasil – Fortaleza foram estabelecidas tendo como objetivo a criação de dois aeroportos modernos, eficientes e focados no cliente. Em 28 de julho de 2017 foi assinado o contrato de concessão com a Agência Nacional da Aviação Civil – ANAC.

A concessão do Aeroporto de Porto Alegre, se dará no prazo de 25 anos com data de eficácia em 29 de agosto de 2017. O contrato é dividido em três fases:

FASE I-A – fase de transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Concessionária; esta fase teve início em 29 de agosto de 2017 (concluído em 02/04/2018).

FASE I-B – fase de ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço (início em 29/08/2017 e concluído em 29/10/2019)

FASE II – demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA (Plano de Exploração Aeroportuária) (início em 30/10/2019).

Em 28/03/2019 a Companhia recebeu o aporte referente ao empréstimo junto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que será pago entre os anos de 2022 e 2038. O aporte total realizado pelo BNDES entre os anos de 2019 e 2022 resultou no valor de R\$1.030.000, conforme Nota 14.

A Fraport Brasil – Porto Alegre assumiu como obrigação estabelecidas no Contrato de Concessão, o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação e melhorias do Aeroporto de Porto Alegre. A Contribuição Fixa encontra-se totalmente quitada.

1.1 COVID-19 e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro

Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu o surto epidemiológico do COVID-19 como Pandemia Global. Além de diversas vidas perdidas, a pandemia também trouxe um impacto singular para a economia mundial. As restrições governamentais, necessárias ao controle da expansão da contaminação, trazendo como premissa o isolamento social reduziu drasticamente o número de passageiros, impactando diretamente todas as empresas do segmento aeroportuário.

No contrato de concessão vigente existe a previsão de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro que visa preservar a manutenção do equilíbrio contratual posto no processo licitatório, sendo assim, a partir do evento de força maior que desencadeou o desequilíbrio contratual, no caso o surto da Covid-19, se fez necessário o retorno do status quo do contrato de concessão a fim de manter as condições previamente previstas no edital e na proposta vencedora.

Assim como em 2020, 2021 e 2022 a Companhia submeteu um novo pleito de reequilíbrio relativo ao ano de 2023 junto ao órgão regulatório Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) que através da Decisão nº 647 de 07 de dezembro de 2023 aprovou o direito ao respectivo crédito referente ao respectivo ano no valor de R\$ 47.120. Em junho de 2022, com a ocorrência de uma revisão por parte da Agência reguladora, foi registrado um complemento referente ao pleito de reequilíbrio do ano de 2021 no valor de R\$18.195.-Em 11 de novembro de 2022 foi assinada pela ANAC a Decisão nº 568, reconhecendo o crédito referente a recomposição ao equilíbrio econômico-financeiro relativo ao ano de 2022 (Nota 8).

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, com base no custo histórico, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das ações e políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelos administradores da Companhia em 29 de fevereiro de 2024.

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado, como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com os critérios definidos no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

2.2.1 IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

- **IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros:** A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 (CPC 11) - Contratos de Seguro.
- **Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis:** As alterações alteram os requisitos da IAS 1 (CPC 26(R1)) no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes".
- **Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis:** Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A alteração substitui a definição de uma mudança de estimativa contábil por uma definição de estimativa contábil. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”.
- **Alterações ao IAS 12 (CPC 32) – Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”):** Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023. As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

A Administração avaliou os impactos das normas acima nas informações financeiras intermediárias da Companhia, e não identificou efeitos significativos oriundos da adoção delas.

2.2.2 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
- Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com Covenants
- Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores
- Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Todas as diferenças, referente a ganhos e perdas cambiais, são registradas na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e recebíveis.

2.5.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo, seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio de resultado.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:

- Caixa e equivalente de caixa
- Aplicações Financeiras Vinculadas
- Contas a receber de clientes
- Partes relacionadas
- Direitos com o Poder Concedente
- Outros ativos

Para ativos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas são registrados no resultado.

2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.3 Mensuração

Custo amortizado – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para suportar eventuais perdas esperadas na realização de créditos, líquidos de recuperações, levando em consideração o risco por cliente e independente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento.

2.7 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. A Companhia não realiza a venda de produtos e o estoque é utilizado apenas como materiais de consumo.

2.8 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

2.9 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda (IR) e a contribuição social (CS) diferidos são calculados sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação.

Os tributos diferidos ativos e passivos, quando aplicável, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

2.10 Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, quando apropriado, ao final de cada exercício.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Conforme OCPC 05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível.

Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. Conforme contrato de concessão a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Além disso, os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.12 Intangível

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante um prazo determinado.

O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura.

As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados.

a) Direito de Concessão (outorga)

A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, inicialmente usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. Em abril de 2022, o Ministério da Infraestrutura publicou a Portaria nº 455/2022, possibilitando as Concessionárias de Aeroportos efetuarem o pagamento antecipado do saldo residual da Outorga Fixa. Em dezembro de 2022, a Companhia optou por aderir à essa possibilidade, portanto, com o evento da antecipação da totalidade da outorga fixa, foi acordada entre as partes uma nova taxa de desconto (13,5%), a qual foi devidamente aplicada para fins de pagamento, bem como do novo cálculo de valor presente do ativo intangível.

A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura teve início em 2018, no mesmo momento em que a Companhia assumiu a operação do aeroporto e começou a usufruir os benefícios econômicos. A amortização é realizada com base na curva de passageiros estimada conforme previsto no OCPC 05 - Contratos de concessão.

b) Infraestrutura da Concessão

A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada.

Os investimentos relacionados a Infraestrutura estão sendo registrados em intangível em andamento e conforme a conclusão da obra os valores são transferidos para a rubrica de Infraestrutura em operação.

A amortização desta parcela do intangível inicia à medida que a Infraestrutura é disponibilizada para uso, conforme curva de passageiros estimada e ocorre até o final do contrato de concessão.

c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.13 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.14 Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos gerais e específicos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Compromissos com o poder concedente

O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa foi quitada antecipadamente em dezembro de 2022.

A contribuição variável corresponde a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia e será paga anualmente no mês de maio subsequente ao ano de apuração.

Devido ao crédito recebido referente a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a empresa projeta não desembolsar os valores de outorga variável até 2036. Neste período, a Companhia irá realizar a compensação do crédito adquirido com o valor a pagar de outorga.

2.16 Provisões

As provisões para causas judiciais (trabalhista, cível e tributária), regulatórias e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;

(ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras

Não foi constituída provisão para manutenção, pois não foram identificados custos relevantes relacionados no contrato de concessão que obrigam a Companhia a recuperar a infraestrutura explorada.

2.17 Outros Passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.18 Passivos Financeiros

Reconhecimento

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia classifica os seguintes passivos financeiros ao custo amortizado:

- Fornecedores,
- Empréstimos e Financiamento,
- Compromissos com o Poder Concedente
- Outros Passivos.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2.19 Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, seguro de vida, dentre outros.

2.20 Distribuição de dividendos

Conforme estatuto da Companhia o dividendo mínimo obrigatório é 25% do lucro líquido após absorção de prejuízo e constituição de reserva legal conforme Lei 6.404/76.

Conforme Lei 6.404/76 as companhias fechadas podem ainda deliberar por distribuir valor inferior ao mínimo obrigatório ou realizar a retenção de todo o lucro líquido. É permitida a criação de reserva especial para estes casos.

2.21 Reconhecimento da Receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no Contrato de Concessão, a Concessionária pode reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços e prestações de serviços no complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas demonstrações

financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A Administração da Companhia, através de estudo realizado, adotou adicionar aos custos de construção 2,3% a título de margem.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1 Amortização do intangível

Conforme item 2.12, a amortização das rubricas “Direito de concessão (Outorga)” e “Infraestrutura da Concessão”, o cálculo da amortização é realizado conforme o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, que se dão em função da curva de demanda. No período de janeiro a dezembro de 2023, a taxa média utilizada foi de 2,27% (1,83% no mesmo período de 2022) que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão.

3.2 Taxa de desconto

Em dezembro de 2022, com o evento da antecipação da outorga fixa, uma nova taxa de desconto de 13,5% (Nota 2.12(a)) foi acordada entre as partes e devidamente aplicada no cálculo do valor presente do ativo intangível.

3.3 Provisões

As provisões para contingências são mensuradas com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir os gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

3.4 Impairment do intangível

Os ativos intangíveis da concessão que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Anualmente, a Fraport AG, de forma centralizada, testa eventuais perdas (*impairment*) no intangível oriundo da concessão. Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC), neste caso a Companhia, foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa descontado da taxa WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) para o período remanescente da concessão.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Caixa e Equivalente de Caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e conta corrente	5.326	5.387
Aplicações financeiras	69.583	35.857
Total	<u>74.909</u>	<u>41.244</u>

O montante aplicado em moeda local refere-se a certificados de depósitos bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 99% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez diária.

5. Contas a Receber

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contas a receber de clientes	42.145	44.139
(-) Provisão para risco de crédito	(7.231)	(5.482)
Total	<u>34.914</u>	<u>38.657</u>

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Valores a vencer	32.452	32.011
Vencidos:		
Até 30 dias	2.915	2.673
Entre 31 e 180 dias	1.581	3.828
Entre 181 e 360 dias	116	142
Acima de 360 dias	5.081	5.485
(-) Provisão para risco de crédito	(7.231)	(5.482)
	<u>34.914</u>	<u>38.657</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 7.231 (R\$ 5.482 em 2022), levando em consideração o risco por cliente.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo no início do exercício	5.482	5.574
Adições	2.342	51
Reversões	(352)	(143)
Baixas	(241)	-
Saldo no fim do exercício	<u>7.231</u>	<u>5.482</u>

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Partes relacionadas

O Contas a Receber se refere ao repasse de custos compartilhados de salários e viagens. Esta transação totalizou o valor R\$ 9.748 em 2023 (R\$ 10.109 em 2022), registrada como redutora de despesa na rubrica de despesas administrativas.

Ativo Circulante

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contas a Receber		
Fraport - Aeroporto de Fortaleza	879	1.006
	<u>879</u>	<u>1.006</u>

No exercício findo em 31/12/2023, o custo com remuneração da administração, em salários, remuneração variável e benefícios foi de R\$ 4.753 (R\$ 4.240 em 31/12/2022).

7. Impostos, Taxas e Contribuições

a) Impostos a Recuperar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.904	631
Outros tributos a recuperar	471	1.367
Total	<u>4.375</u>	<u>1.998</u>
Não circulante		
PIS/COFINS a recuperar	137.522	134.832
Total	<u>137.522</u>	<u>134.832</u>

As apropriações das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar são decorrentes das aquisições do ativo intangível, e os créditos serão usufruídos de acordo com a respectiva amortização. A Companhia projeta que esses valores serão totalmente recuperados até o fim da concessão (2042).

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Impostos a Recolher

Circulante	2023	2022
Tributos Retidos	2.293	1.807
Imposto sobre Serviços Terceiros	412	172
PIS e COFINS	6.815	7.357
Imposto sobre Serviços	1.411	1.217
Total	10.931	10.553

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

	2023		2022	
	Imposto de Renda	Contribuição social	Total	Total
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	24.304	8.981	33.285	24.508
Diferenças temporárias:				
Provisão Participação nos Lucros e Resultados	1.766	636	2.402	2.453
Previdência Privada - Empresa	17	6	23	-
Ajuste a valor presente outorga	2.234	804	3.038	8.705
Amortização margem de construção	(8.061)	(2.902)	(10.963)	(10.598)
Provisões de Contencioso	814	293	1.107	3.808
Provisão Devedores Duvidosos	531	191	722	12
Provisão de Fornecedores	752	270	1.022	747
Receita de Reequilíbrio	(62.470)	(22.489)	(84.959)	(60.319)
Passivo não circulante	(40.113)	(14.210)	(54.323)	(30.684)

(i) Liminar concedida, determinando a cobrança do IRPJ e da CSLL sobre os valores decorrentes do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, oriundo dos Processos n.º 00058.029735/2021-92; 00058.037411/2022-17 e 00058.054683/2023-54 apenas quando da efetiva utilização de tal quantia, através da forma aprovada para compensação do reequilíbrio.

Em relação aos impostos diferidos sobre o prejuízo fiscal e base negativa, deverão ser compensados até o final de 2027, conforme demonstrado abaixo:

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Ano</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
2023	-	422
2024	3.981	5.350
2025	9.473	9.938
2026	14.552	8.798
2027	5.279	-
Total	<u>33.285</u>	<u>24.508</u>

Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro antes dos impostos	59.105	70.151
Alíquota aplicável	34%	34%
	(20.096)	(23.851)
Ajustes Permanentes	(1.284)	(319)
	<u>(21.380)</u>	<u>(24.170)</u>
Imposto corrente	2.259	-
Imposto diferido	(23.639)	(24.170)
Alíquota Efetiva	36,17%	34,45%

8. Direitos com o Poder Concedente

Circulante	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	48.583	66.071
Total	<u>48.583</u>	<u>66.071</u>
Não circulante		
Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	229.687	194.198
Total	<u>229.687</u>	<u>194.198</u>

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será realizada por meio de compensação com as contribuições fixa e variável devidas pela Concessionária, bem como, através da majoração temporária de 15% das tarifas reguladas concedida para compensação do saldo do ano de 2020 e 10% para o saldo do ano de 2022. O saldo remanescente, após as compensações, será atualizado pelo índice de atualização IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 8,50%, conforme estabelecida no contrato de concessão.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 18 de dezembro de 2020 foi fixado o valor de R\$109.490 para fins de recomposição. Em 01 de junho de 2021 a ANAC emitiu o ofício n° 79 confirmando os valores do reequilíbrio econômico-financeiro relativo ao exercício de 2020. A partir da revisão por parte da Agência reguladora realizada em 2021, foi registrado um complemento no valor de R\$4.450.

Em dezembro de 2021, após a Decisão n°496, publicada no Diário Oficial da União, a Companhia reconheceu o valor de R\$99.913 referente ao pleito de reequilíbrio 2021. Em junho de 2022, houve um complemento no valor de R\$18.195 referente ao exercício de 2021.

Em dezembro de 2022, através da Decisão n° 568 publicada no Diário Oficial, a Fraport registrou o valor de R\$ 59.300 referente ao pleito de reequilíbrio econômico do referido ano.

Através da Decisão n° 647, publicada no Diário Oficial da União, a Companhia reconheceu em dezembro de 2023 o valor de R\$ 47.120 referente ao pleito de reequilíbrio do exercício de 2023.

Os valores de Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro foram reconhecidos na rubrica de Outras Receitas Operacionais, líquido de impostos.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo no início do exercício	260.269	190.613
Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	47.120	77.495
Atualização	32.056	28.799
Compensações:		
Aumento tarifas reguladas	(47.032)	(27.130)
Outorga Variável	(14.143)	(9.508)
Saldo no fim do exercício	<u>278.270</u>	<u>260.269</u>

A Companhia tem a expectativa de recebimento do saldo até 2036, sendo 89% do valor através da compensação com a outorga variável e 11% através do aumento das tarifas reguladas.

9. Aplicações Financeiras Vinculadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aplicações Financeiras Vinculadas	44.714	41.870
Total	<u>44.714</u>	<u>41.870</u>

O valor de R\$ 44.714 (R\$ 41.870 em 2022) é referente a duas contas, denominadas Conta Reserva e Conta Pagamento, realizadas no Banco Santander, vinculadas conforme obrigação contratual no financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Conta Reserva tem como valor mínimo as parcelas vincendas nos 3 meses subsequentes a data de pagamento de cada parcela. O saldo da Conta Pagamento, na data do pagamento da parcela, deverá ser no mínimo o equivalente à parcela vincenda do contrato de financiamento, considerando os juros e principal conforme contrato de garantia.

10. Imobilizado

	Obras de Arte	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos de Informática	Total
Saldo em 31.12.2021	228	681	44	567	462	1.982
Aquisição	-	-	3	1.956	7	1.966
Baixas	-	(50)	(4)	(282)	(14)	(350)
Depreciação	-	(98)	(8)	(353)	(300)	(759)
Saldo em 31.12.2022	228	533	35	1.888	155	2.839
Aquisição	-	5	37	897	24	963
Baixas	-	(2)	-	(576)	-	(578)
Depreciação	-	(89)	(6)	(472)	(139)	(706)
Saldo em 31.12.2023	228	447	66	1.737	40	2.518
Taxa anual de depreciação		10%	20%	20%	20%	

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Intangível

	Infraestrutura							Total
	Em Andamento	Em Operação	Outorga Concessão	Custos s/ Empréstimos	Margem de Construção	Software	Adiant. a Fornecedores	
Saldo em 31.12.2021	524.529	991.782	300.945	65.997	13.825	14.120	382	1.911.580
Aquisição	33.242	1.350	-	39.327	464	-	85	74.468
Transferências	(524.773)	620.443	-	(100.260)	-	4.590	-	-
Baixas	-	(673)	-	-	-	-	-	(673)
Amortização	-	(33.151)	(5.522)	-	-	(7.097)	-	(45.770)
Remensuração do ajuste a valor presente	-	-	(28.886)	-	-	-	-	(28.886)
Saldo em 31.12.2022	32.998	1.579.751	266.537	5.064	14.289	11.613	467	1.910.719
Aquisição	70.700	485	-	2.855	1.072	-	2.377	77.489
Transferências	(46.769)	67.194	-	(7.919)	(15.361)	2.855	-	-
Baixas	-	(1.248)	-	-	-	-	-	(1.248)
Amortização	-	(48.994)	(6.058)	-	-	(8.192)	-	(63.244)
Saldo em 31.12.2023	56.929	1.597.188	260.479	-	-	6.276	2.844	1.923.716

- Intangível em andamento – Representa o investimento realizado nas obras de melhorias e ampliação do aeroporto, sendo concluída a fase 1B no final de 2019, referente a ampliação do terminal de passageiros.
- Software – A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.
- Margem de Construção - Representa 2,3% aplicado sobre a receita de construção reconhecida conforme OCPC 05 - Contratos de concessão.
- Custos de Empréstimos - São contemplados pelos juros e demais custos de empréstimo diretamente atribuíveis as obras de melhoria e ampliação da infraestrutura do aeroporto conforme estabelecido no Contrato de Concessão.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- e) Outorga Fixa – Pelo direito da exploração do Aeroporto de Porto Alegre, a Companhia desembolsou em 28 de julho de 2017, o valor de R\$291.821. A Companhia também se comprometeu a pagar em parcelas anuais, a partir de agosto de 2023, o valor total de R\$91.537. Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida a valor presente. Em dezembro de 2022, após a publicação da Portaria nº 455/2022 pelo Ministério da Infraestrutura, a Companhia optou por realizar a antecipação da totalidade da outorga fixa no valor de R\$37.677 (Nota 15). É utilizada a curva de demanda estimada de passageiros como método de amortização.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contribuição inicial fixa - paga	291.821	291.821
<u>Compromisso com o poder concedente</u>		
Valor nominal	91.537	91.537
Remensuração ajuste a valor presente (13,5%)	<u>(81.710)</u>	<u>(81.710)</u>
	9.827	9.827
Outorga Fixa	301.648	301.648
Amortização acumulada	(41.169)	(35.111)
	<u>260.479</u>	<u>266.537</u>

Anualmente, a Fraport AG, de forma centralizada, testa eventuais perdas (*impairment*) no intangível oriundo da concessão. Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC), neste caso a Companhia, foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa para o período remanescente da concessão descontado a uma taxa WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) de 10,31% (11,43% em 2022). No cálculo do teste de *impairment*, o valor contábil é comparado com os fluxos de caixa descontados orçados até 2042. O valor contábil é determinado a partir dos ativos imobilizado e intangível mais capital de giro na data do balanço. Para os anos de 2022 e 2023, não foram identificados necessidade de reconhecimento de perda.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Fornecedores

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores nacionais - Ativo Fixo	17.686	7.013
Fornecedores nacionais - Gerais	11.732	12.659
Total	<u>29.418</u>	<u>19.672</u>

13. Salários, Encargos Sociais e Benefícios

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários a Pagar	1.599	1.425
Provisão de Férias	4.472	4.341
Provisões com Pessoal	7.066	7.217
Encargos Sociais a pagar	1.216	1.062
Total	<u>14.353</u>	<u>14.045</u>

14. Empréstimos e Financiamentos

Em 28 de março de 2019, a Companhia firmou um contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) relativo à ampliação do terminal de passageiros e da pista de aterrissagem e decolagem do Porto Alegre Airport (Aeroporto Internacional Salgado Filho), conforme previsto no contrato de concessão.

As amortizações de juros ocorreram trimestralmente desde 2019 até março de 2022. A partir de abril de 2022 estes pagamentos se tornaram mensais. A amortização do principal iniciou em abril de 2022, conforme especificado no contrato.

a) Composição da dívida

<u>EMPRÉSTIMO PRINCIPAL + JUROS</u>				
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	
Saldo em 31.12.2022	57.078	1.271.135	1.328.213	
Saldo em 31.12.2023	62.862	1.270.914	1.333.776	

<u>Banco</u>	<u>Primeira Liberação</u>	<u>Principal 31/12/2023</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>
BNDES	28/03/2019	1.021.507	15/11/2038	IPCA TLP + 5,46% a.a

Conforme definido no contrato, são devidos juros remuneratórios, incidentes sobre o Principal, correspondentes à taxa composta pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE (IPCA), calculada de forma *pro rata temporis*, acrescido da taxa de juros prefixada de 2,98% ao ano mais spread de 2,41% ao ano.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Composição do empréstimo de Longo Prazo por ano de vencimento

	12.2023
2025	63.330
2026	66.789
2027	70.437
2028	74.284
2029 em diante	996.074
	1.270.914

c) Movimento da dívida

	Principal	Juros	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.102.766	175.499	1.278.265
Captações	10.000	-	10.000
Juros incorridos	-	149.070	149.070
Principal Pago	(38.559)	-	(38.559)
Pagamento Juros	-	(70.563)	- 70.563
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.074.207	254.006	1.328.213
Juros incorridos	-	132.588	132.588
Principal Pago	(52.700)	-	(52.700)
Pagamento Juros	-	(74.325)	(74.325)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.021.507	312.269	1.333.776
Passivo Circulante	60.050	2.812	62.862
Passivo Não Circulante	961.457	309.457	1.270.914

Os custos dos empréstimos foram capitalizados em função dos investimentos no ativo não circulante, considerando o valor mantido em aplicações financeiras relativo ao empréstimo recebido, conforme CPC 20 – Custos de empréstimos. Os custos são compostos por juros, IOF e outros custos. O total capitalizado em 2023 foi de R\$ 2.856 (R\$ 39.327 em 2022).

d) Garantias

Realizado contrato da cessão fiduciária de direitos recebíveis, penhor de ações e garantia adicional pelo fundo reserva das referidas aplicações vinculadas (Nota 9).

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Covenants

Quando do atingimento do Completion (conclusão físico-financeira do projeto), previsto para agosto de 2024, a Companhia tem a obrigação do cumprimento dos seguintes Covenants:

O ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) deve se mostrar superior ou igual a 1,3, calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas do último exercício.

$$\text{ICSD} = \frac{\text{EBITDA} - \text{Pagamento IR/CSLL} - \text{Outorga}}{\text{Serviço de Dívida (BNDES + Outros Credores)}}$$

EBITDA = Lucro Operacional antes do resultado financeiro e amortização, excluindo receitas e custos de construção.

Serviço da Dívida: juros e amortizações pagas de todas as dívidas.

Outorga: parcela anual devida a título de Contribuição Fixa.

Adicionalmente, o Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total deve ser maior ou igual a 20%.

Além do monitoramento periódico realizado pela instituição financeira, a Companhia acompanha mensalmente as cláusulas restritivas. Desta forma, em 31 de dezembro de 2023, assim como em 2022, a Companhia está em cumprimento com as respectivas cláusulas.

15. Compromissos com o poder concedente

A obrigação de compromissos com o poder concedente refere-se a uma contribuição fixa e variável.

Conforme contrato de concessão, a contribuição variável representa 5% da receita bruta total da Companhia e deve ser paga anualmente no mês de maio do ano subsequente.

O pagamento da outorga variável é uma das formas de compensação com o valor a receber do reequilíbrio econômico. A Companhia projeta não desembolsar valores respectivos a outorga até 2036.

A contribuição fixa estava reconhecida no passivo não circulante conforme estabelecido no contrato de concessão. Os pagamentos iniciariam anualmente em agosto de 2023 e terminariam no último ano do contrato de concessão. Entretanto, em dezembro de 2022 a Companhia optou pela antecipação da outorga fixa a uma nova taxa de desconto acordada entre as partes de 13,5%, liquidando assim a totalidade desta obrigação no valor de R\$ 37.677, gerando uma redução de R\$ 28.886.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contribuição Variável	16.977	14.143
Compromissos com o poder concedente	<u>16.977</u>	<u>14.143</u>
Passivo Circulante	16.977	14.143
Passivo Não Circulante	-	-

16. Outros Passivos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante		
Repasso FNAC (a)	39	39
Repasso PAN/PAT (b)	85	102
Garantias diversas	2.611	2.615
Adiantamento de Clientes (c)	1.610	4.058
Total	<u>4.345</u>	<u>6.814</u>
Não Circulante		
Adiantamento de Clientes (d)	1.944	2.232
Total	<u>1.944</u>	<u>2.232</u>

- a) FNAC – Fundo Nacional de Aviação Civil. corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela lei no 9.825, de 23 de agosto de 1999. Conforme Lei 14.034/2020, a partir de 01/01/2021 a cobrança está extinta.
- b) PAN/PAT - fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo.
- c) Garantias Diversas estão relacionadas a depósito caução de clientes. A Companhia definiu uma política de pré-pagamento no final do ano de 2022, conforme análise de crédito para casos específicos.
- d) O montante em adiantamento refere-se a contrato de cessão de espaço de loja, que será diferido ao longo do contrato.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é representado por 763.499.932 de ações ordinárias e sem valor nominal, sendo 100% das ações detidas pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide.

b) Reserva Legal

Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 26, item a do Estatuto Social da Companhia, ao final do exercício de 2023, foi reconhecida reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, destinado a assegurar a integridade do capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Dividendo Mínimo e Reserva especial

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. No exercício de 2023 a Companhia apurou o dividendo mínimo no valor de R\$ 8.960 e aguardará a decisão da Assembleia Geral quanto ao pagamento ou não deste valor. Em anos anteriores foi aprovada a não distribuição devido aos investimentos para expansão e melhorias previstos no contrato de concessão e retenção em Reserva Especial para pagamento futuro.

d) Retenção de Lucros

Também em razão dos investimentos para expansão previstos no contrato de concessão, ao final do exercício de 2023, a Companhia realizou a retenção do lucro remanescente no valor de R\$ 26.879, conforme o art. 196 da Lei 6.404/76.

18. Receita Operacional Líquida

	2023	2022
Receita bruta – Tarifária	221.502	186.120
Receita bruta – Não Tarifária	118.046	96.742
Impostos sobre receitas	(41.570)	(35.672)
Receita operacional líquida	297.978	247.190
Receita de construção	46.598	20.163
Custo de construção	(45.526)	(19.699)
Margem de construção	1.072	464

19. Custos dos Serviços Prestados

	2023	2022
Serviços de terceiros	(35.076)	(34.256)
Pessoal	(24.090)	(23.080)
Conservação e Manutenção	(17.949)	(14.401)
Outorga variável	(16.977)	(14.143)
Amortização e depreciação	(63.250)	(46.529)
Energia Elétrica	(6.511)	(7.191)
Provisão Devedores Duvidosos	(1.749)	92
Provisões de Contencioso	3.143	7.273
Água	(865)	(892)
Outros	(736)	(3.137)
Custo dos serviços prestados	(164.060)	(136.264)
Custo de construção	(45.526)	(19.699)
Total	(209.586)	(155.963)

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Despesas por Natureza

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pessoal	(20.579)	(19.218)
Gerais e Administrativos	(5.331)	(4.442)
Seguros	(2.836)	(4.652)
Serviços de terceiros	(1.691)	(3.110)
Impostos e taxas	(1.272)	(99)
Outros	(47)	(17)
Total	<u>(31.756)</u>	<u>(31.538)</u>

21. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	42.762	70.326
Outras receitas e despesas	(719)	955
Total	<u>42.043</u>	<u>71.281</u>

A Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no valor de R\$ 47.120 (R\$ 77.495 em 2022) apresentado na Nota 8, está apresentado líquido de impostos no percentual de 9,25% (PIS e COFINS).

22. Resultado Financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas Financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	9.801	8.117
Atualização Reequilíbrio	32.056	28.799
Juros ativos e Descontos Obtidos	1.326	1.245
Outras receitas financeiras	4.384	227
Total	<u>47.567</u>	<u>38.388</u>
Despesas Financeiras		
Custos sobre empréstimos	(129.732)	(110.012)
IOF	(14)	(208)
AVP / IPCA Outorga	-	(8.728)
Despesas bancárias	(370)	(367)
Juros passivos	(3.596)	(2)
Outras Despesas Financeiras	(17)	(107)
Variação Cambial	(10)	54
Total	<u>(133.739)</u>	<u>(119.370)</u>
Resultado Financeiro	<u>(86.172)</u>	<u>(80.982)</u>

23. Plano de Pensão

A contribuição para Fundo de Pensão de Previdência Privada é em formato opcional para seus funcionários com base em plano contratual de contribuição definida. Uma vez que estas contribuições são pagas, a Companhia não tem outras obrigações com os participantes do plano. As contribuições constituem despesas quando os serviços que

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

concedem direitos a estes pagamentos são prestados. Em 2023 as despesas de previdência privada equivalem à R\$ 85 (R\$ 984 em 2022) e foram registradas no resultado na rubrica “Despesas com pessoal”.

24. Provisões Tributárias, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórias

A Companhia possui processos de naturezas cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda, classificados pela administração com prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prováveis		
Tributárias	-	4.060
Regulatórias	84	3.829
Trabalhistas	109	101
Cíveis	3.064	3.211
	<u>3.257</u>	<u>11.201</u>

	<u>Tributárias</u>	<u>Regulatórias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2021	15.370	3.804	222	33	19.429
Adições	2.906	25	216	3.270	6.417
Reversões	(13.260)	-	(103)	(10)	(13.373)
Pagamentos	(956)	-	(252)	(30)	(1.238)
Atualizações	-	-	18	(52)	(34)
Saldo em 31.12.2022	4.060	3.829	101	3.211	11.201
Adições	657	9	5	22	693
Reversões	(257)	(2.579)	(9)	(44)	(2.889)
Pagamentos	(4.460)	(1.175)	-	21	(5.614)
Atualizações	-	-	12	(146)	(134)
Saldo em 31.12.2023	-	84	109	3.064	3.257

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Possíveis		
Tributárias	327	-
Cíveis	444.090	423.494
Regulatórias	206	-
Trabalhistas	906	1.213
	<u>445.529</u>	<u>424.707</u>

(i) Em 2019 foi ajuizada Ação Civil Pública contra a Companhia, pleiteando o reconhecimento de responsabilidade pela mesma com relação à área ocupada pela Vila Nazaré, área esta que está parcialmente dentro do sítio

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aeroportuário, como resultado da execução da obra de expansão da pista do Aeroporto, conforme compromisso do contrato de concessão. Em 2021, foi proferida decisão monocrática indeferindo o pedido de antecipação da tutela recursal e concluiu-se a liberação integral da área da Vila Nazaré que integra o sítio aeroportuário, sendo que atualmente a área já se encontra murada e integrada ao aeroporto de Porto Alegre. Em 06.03.2022, a demanda foi julgada parcialmente procedente, com a ratificação das decisões que (i) determinou a realização do cadastramento da totalidade das famílias da Vila Nazaré; (ii) indeferiu os demais pedidos de tutela de urgência formulados na petição inicial; e (iii) deferiu em parte o pedido alternativo de estabelecimento de critérios únicos em relação aos moradores remanescentes. Os demais pleitos foram reputados prejudicados ou integralmente rejeitados. Em 03.05.2022, o MPF interpôs recurso de apelação. No dia 07.02.2024 foi negado provimento ao recurso de apelação, tendo sido mantida a sentença de origem. No momento, estão abertos os prazos para apresentação de novos recursos ao Tribunais Superiores.

O valor atualizado da causa em dezembro de 2023 é de R\$ 405.696 (R\$ 386.228 em 2022) e a administração, junto com seus assessores jurídicos classificou a probabilidade de perda como possível.

25. Provisão para Passivos Ambientais

Em setembro de 2022 foi homologado acordo assinado entre a Companhia, a TAP&ME Brasil, a TAP Air, o MPRS e a FEPAM, para o fim de encerrar as ações judiciais 5021262-58.2020.8.21.0001 e 5000459-95.2019.8.21.1001, que diziam respeito ao passivo ambiental existente na área então ocupada pela TAP&ME Brasil no Aeroporto de Porto Alegre e outros assuntos relacionados à utilização e entrega da área. O valor envolvido no acordo totalizou R\$ 53.586, sendo que à Companhia foram destinados R\$ 53.266. Ficou, portanto, a Companhia, responsável por executar os serviços de investigação, remediação e monitoramento do dano ambiental nos locais objeto do acordo.

A TAP já efetuou o pagamento de R\$ 16.135 e foi realizado um depósito judicial no valor de R\$ 37.130 o qual está sendo levantado na medida da ocorrência das despesas. Atualmente o saldo da provisão se encontra no valor de R\$ 53.609, pois até o momento a Companhia realizou o desembolso de R\$ 3.248.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para Passivos Ambientais	53.609	50.712
	<u>53.609</u>	<u>50.712</u>
Constituição Provisão em Set/22	53.266	
Pagamentos	(2.554)	
Atualizações	-	
Saldo em 31.12.2022	50.712	
Pagamentos	(694)	
Atualizações	3.591	
Saldo em 31.12.2023	53.609	

26. Gestão de Risco Financeiro**Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de mercado e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela diretoria. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

Risco de mercadoGestão do risco de capital

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Dívida (a)	1.333.776	1.328.213
Caixa, saldos de bancos e aplicações financeiras (b)	<u>(119.623)</u>	<u>(83.114)</u>
Dívida líquida	1.214.153	1.245.099
Patrimônio líquido (c)	<u>1.027.339</u>	<u>989.614</u>
Índice de endividamento líquido	1,18	1,26

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

- (a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na Nota 14.
- (b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros:

Ativos Financeiros ao custo amortizado	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	74.909	41.244
Contas a Receber	34.914	38.657
Partes Relacionadas	879	1.006
Direitos com o Poder Concedente	278.270	260.269
Outros Ativos	1.498	1.100
Aplicações Financeiras Vinculadas	44.714	41.870

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos Financeiros ao custo amortizado	2023	2022
Fornecedores	29.418	19.672
Empréstimos e Financiamentos	1.333.776	1.328.213
Compromissos com o poder concedente	16.977	14.143
Outros Passivos	6.289	9.046

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e contas a receber em aberto. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento.

As perdas de contas a receber foram registradas. A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para suportar eventuais perdas na realização de créditos, líquidos de recuperações, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento.

Gestão do risco de taxa de juros

Considerando a manutenção de posições de ativos financeiros indexados ao CDI, índice que é normalmente superior à inflação medida pelo IPCA, levando em conta a estrutura de financiamento das operações, a administração entende que seus resultados possuem uma mitigação das variações nas taxas de juros.

A taxa de juros do financiamento contratado é composta por spread prefixada, portanto, não está sujeita a variações, mas existe um componente da taxa de juros efetiva que é atualizado pela inflação, medida pelo IPCA, ou seja, pós fixada.

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui operações relevantes em moeda estrangeira, portanto não está exposta a incorrer em perdas ou ganhos por causa das flutuações nas taxas de câmbio.

Gestão do risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelo departamento de Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também possui linhas de crédito junto ao mercado financeiro.

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros. As projeções de inflação que a tesouraria da Fraport Brasil utilizou para projeção abaixo, são com base no histórico e projeções.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2023
Fornecedores	29.418	-	-	-	29.418
Empréstimos e Financiamentos	132.102	278.365	296.045	1.758.938	2.465.450
Compromissos com o poder concedente	16.977	-	-	-	16.977
	178.497	278.365	296.045	1.758.938	2.511.845

Análise de Sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras que estão lastreados em CDI (CDB), direitos com o poder concedente e empréstimos com taxas de juros variáveis, atreladas ao IPCA.

Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto à variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros. Foram utilizados como base as projeções de indicadores do Banco Central do Brasil. A Companhia teria o seguinte efeito no resultado do exercício:

Ativo Financeiro

Operação	31.12.2023	Risco/ indexador	Cenário provável
Caixa e equivalentes de caixa	74.909	CDI (% ao ano)	8.802
Aplicações Financeiras Vinculadas	44.714	CDI (% ao ano)	5.254
Direitos com o Poder Concedente	278.270	IPCA + 8,5 (% ao ano)	36.512
Referência para ativos financeiros			Provável
CDI (% ao ano)			11,75%
IPCA (% ao ano)			4,62%

Passivo Financeiro

Operação	31.12.2023	Risco/ indexador	Cenário provável
Empréstimos e Financiamentos	1.333.776	IPCA (% ao ano)	61.635
Referência para passivos financeiros			Provável
IPCA (% ao ano)			4,62%

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. Lucro por Ação

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias. A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2023, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Numerador		
Lucro do exercício atribuído aos acionistas	37.725	45.981
Denominador (em milhares de ações)	<u>763.500</u>	<u>763.500</u>
Lucro básico e diluído por ação - em reais	<u>0,05</u>	<u>0,06</u>

28. Seguros

Em 31 de Dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Cobertura	Vigência	Valor segurado
Propriedade	Mar/2023 - Mar/2024	2.955.867
Reparação de danos materiais e corporais a terceiros	Jul/2023 - Dez/2024	3.245.000
Garantia de Cumprimento de Contrato de Concessão com a ANAC	Jul/2023 - Jul/2025	294.736
Terrorismo	Mar/2023 - Mar/2024	150.000
Responsabilidade Civil aos Administradores e Diretores	Jun/2023 - Jun/2024	60.000
Equipamentos	Set/2023 - Set/2024	7.000
Cobertura Frota	Abr/2023 - Ago/2024	<u>4.688</u>
	TOTAL	6.717.291

29. Transações que Não Afetaram o Caixa

As transações que não afetaram o caixa compreendem a compensação do valor da outorga variável com a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, ocorrida em 31 de maio de 2023, no valor de R\$14.143 e aquisições de ativo fixo e não pagas no ano de 2023 no valor de R\$ 10.673.

O dividendo mínimo apurado em 2023 no valor de R\$ 8.960 aguardará a decisão da Assembleia Geral quanto ao pagamento.

* * *